DE ACORDO COM O EDITAL Nº 004 – PREF. DE JOINVILLE, 07 DE ABRIL DE 2026

apostilas opção

SME JOINVILLE-SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOINVILLE

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Didática
- Políticas e legislações da educação
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

SME JOINVILLE - SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOINVILLE SC

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

EDITAL Nº 004 – PREF. DE JOINVILLE, 07 DE ABRIL DE 2026

CÓD: OP-065AB-26
7908403591718

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; estrutura e organização do texto e dos parágrafos) 9
2. Ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor 12
3. Argumentação 12
4. Elementos de coesão 13
5. Inferências 14
6. Tipologia e gêneros textuais 15
7. Figuras de linguagem 19
8. Emprego dos pronomes demonstrativos 24
9. Relações de sinonímia e de antonímia 27
10. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância; Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado e do período (período composto por coordenação e por subordinação 29
11. Funções do “que” e do “se” 32
12. Emprego do acento grave 33
13. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto 34
14. Ortografia 35
15. Concordâncias verbal e nominal 37
16. Regências verbal e nominal 39
17. Emprego de tempos e modos verbais; Formação de tempos compostos dos verbos 41
18. Colocação pronominal 43

Matemática

1. Números racionais. Efetuar cálculos com números racionais, envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão.) Resolver problema com números racionais 53
2. Razões e proporções 57
3. Divisão proporcional 58
4. Regras de três simples 61
5. Porcentagem 62
6. Interpretação de gráficos e tabelas 64
7. Estatística Básica. Média aritmética. Mediana. Moda 68
8. Raciocínio lógico 70

Didática

1. Teoria de Aprendizagem de Competências. Pedagogia das Competências. Processo de Ensino-Aprendizagem por Competências e Habilidades Planejamento e organização do trabalho pedagógico 81
2. Planejamento e Gestão escolar democrática 83
3. Projeto político-pedagógico da escola 85
4. Planejamento de ensino. Planos de aula. Planejamento reverso. Sequência Didática. Diferenciação pedagógica. Recomposição de aprendizagem 87

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

5. Processos de ensino-aprendizagem. Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais 89
6. Processos de aprendizagem e fatores que influenciam o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos 95
7. Gestão de sala de aula 97
8. Metodologias de Ensino e Aprendizagem. Metodologias Ativas. Metodologias interativas. Metodologias participativas . 99
9. Tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas 101
10. Avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Técnicas e instrumentos de avaliação. Avaliação da aprendizagem por competências. Avaliações em larga escala 104

Políticas e legislações da educação

1. Constituição Federal de 1988 (Artigos nº 205 a nº 214) 113
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações 116
3. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações 136
4. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações 176
5. Sistema Nacional de Educação (Lei complementar nº 220/2025) 195
6. Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14533/2023) 204
7. Plano Municipal da Educação (Lei nº 8.043/2015) 206
8. Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei Federal nº 13.005/2014 208
9. Metas e Estratégias relacionadas à Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos) 210
10. Lei complementar nº 266/2008 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de Joinville, das autarquias e das fundações públicas municipais 225
11. Lei nº 9.214/2022 – Institui o Programa de Valorização por Resultados na Aprendizagem no âmbito das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Joinville 248
12. Currículo da Rede Municipal de Joinville; Currículo da Rede Municipal de Ensino de Joinville 252
13. Resolução CNE/CP nº 1/2020 – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) 252

Conhecimentos Específicos
Professor de Geografia

1. Fundamentos teóricos do pensamento geográfico e sua história 259
2. As categorias de análise atuais do pensamento geográfico 261
3. A regionalização do Brasil 263
4. Sociedade, Industrialização e Regionalização do Brasil 265
5. A regionalização do mundo 266
6. A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no final do século XX e nos dias de hoje 268
7. A geopolítica e as redefinições do território: os conflitos políticos, étnicos religiosos e a nova organização econômica mundial 269
8. Interação sociedade-natureza: os impactos ambientais, o uso e a conservação do solo, da água e da cobertura vegetal. 271
9. As mudanças climáticas 272
10. Geoecologia: o clima, os solos e a biota 274

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

11. Sociedade industrial e o ambiente 275
12. O atual período técnico-científico informacional na agricultura e na indústria: inovações tecnológicas, fluxos de capital e de informações 276
13. População e industrialização e urbanização brasileira 278
14. Agricultura brasileira: transformações recentes 280
15. Representações cartográficas: conceitos e Linguagens 281
16. Geografia Regional 284

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS)

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais:

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

Textos Não-Verbais:

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias , que utilizam tanto textos

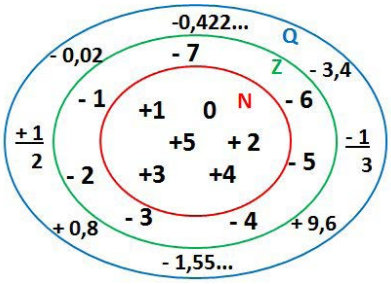
Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA

NÚMEROS RACIONAIS. EFETUAR CÁLCULOS COM NÚMEROS RACIONAIS, ENVOLVENDO AS OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO.) RESOLVER PROBLEMA COM NÚMEROS RACIONAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS (Q)

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

- **Subconjuntos**

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q*	Conjunto dos números racionais **não nulos**
+	Q_+	Conjunto dos números racionais **não negativos**
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais **positivos**
-	Q_	Conjunto dos números racionais **não positivos**
* e -	Q*_	Conjunto dos números racionais **negativos**

- **Representação decimal**

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

▪ O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0{,}4$$

▪ O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0{,}333...$$

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Representação Fracionária**

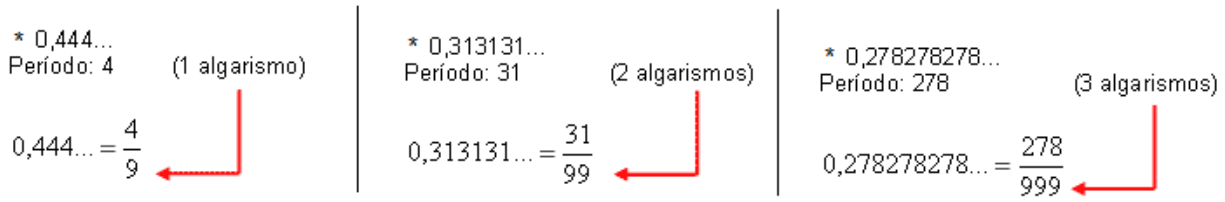
É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

▪ Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

0,035 = 35/1000

▪ Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

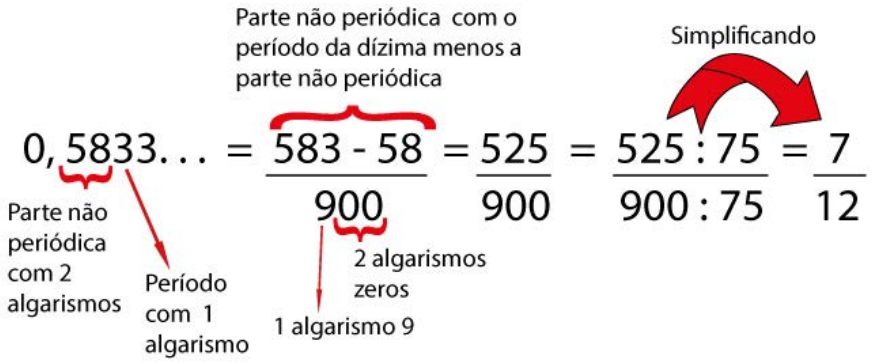
Simples: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repeti infinitamente. Exemplos:



Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

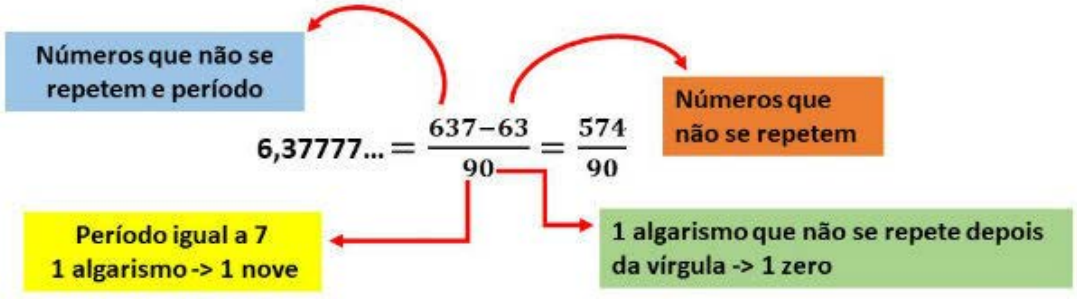
Composta: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)



Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)



Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

DIDÁTICA

TEORIA DE APRENDIZAGEM DE COMPETÊNCIAS. PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS. PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Teoria da aprendizagem de competências

A teoria da aprendizagem de competências parte da ideia de que aprender não é apenas acumular informações, mas construir condições para agir de forma inteligente, crítica e adequada diante de diferentes situações. Em termos educacionais, competência pode ser compreendida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para enfrentar problemas, realizar tarefas, interpretar contextos e produzir respostas consistentes. Essa noção supera a visão restrita segundo a qual aprender seria apenas reproduzir aquilo que foi ensinado.

Aqui é importante distinguir alguns conceitos que, em concursos e em textos pedagógicos, costumam ser confundidos. Conteúdo é o objeto de ensino: conceitos, fatos, princípios, procedimentos, valores, linguagens e informações sistematizadas. Habilidade é uma operação mais específica, como identificar, comparar, classificar, interpretar, sintetizar, argumentar ou resolver. Competência, por sua vez, corresponde a uma articulação mais abrangente, pois envolve utilizar essas habilidades e conteúdos de maneira pertinente em contextos concretos. Já o objetivo de aprendizagem expressa a finalidade pedagógica pretendida pelo professor no processo formativo.

Essa distinção ajuda a compreender por que a aprendizagem por competências não elimina os conteúdos. Não há competência sem conteúdo, porque a mobilização exige matéria-prima cognitiva. Um estudante só consegue interpretar criticamente um texto se tiver domínio linguístico, repertório temático e estratégias de leitura; só consegue resolver uma situação-problema em Matemática se tiver construído conceitos, procedimentos e raciocínios específicos; só consegue exercer participação cidadã se compreender direitos, deveres, normas e dinâmicas sociais. Em síntese, as competências não substituem o conhecimento: elas pressupõem o conhecimento e o reorganizam numa perspectiva mais dinâmica e significativa.

Do ponto de vista teórico, essa concepção dialoga com diferentes correntes pedagógicas. O construtivismo contribui ao afirmar que o conhecimento não é mera cópia da realidade, mas resultado de uma atividade mental do sujeito que aprende. O sociointeracionismo acrescenta que a aprendizagem se constitui nas interações sociais, na linguagem e na mediação do outro, especialmente do professor. Já abordagens críticas lembram que o ensino não pode ser reduzido ao treinamento de desempenhos, pois a educação tem compromisso com a formação humana, a emancipação intelectual e a compreensão das contradições sociais. Por isso, a teoria das competências precisa ser lida com equilíbrio: ela é pedagogicamente fecunda quando integra conhecimento, reflexão e ação; torna-se limitada quando é usada apenas para adaptar o indivíduo a exigências utilitárias do mercado.

Pedagogia das competências

A pedagogia das competências consiste numa proposta de organização curricular e didática em que o foco recai sobre aquilo que o estudante deve ser capaz de compreender e fazer com os conhecimentos aprendidos. Nessa perspectiva, o ensino deixa de se orientar exclusivamente pela sequência de conteúdos e passa a considerar os desempenhos intelectuais, sociais e práticos que se quer formar. Isso implica valorizar a contextualização, a interdisciplinaridade, a resolução de problemas, a participação ativa do aluno e o uso social do saber.

Uma de suas principais contribuições está no fato de atribuir maior sentido à aprendizagem. Quando o estudante percebe a utilidade cognitiva, social ou cultural do que aprende, a tendência é que haja mais envolvimento, maior retenção e melhor capacidade de transferência do conhecimento para novas situações. A pedagogia das competências procura justamente evitar o ensino desarticulado da realidade, em que o aluno responde exercícios mecânicos, mas não consegue utilizar o que estudou fora do espaço da prova. Nessa lógica, aprender passa a significar compreender, aplicar, relacionar, argumentar, decidir e intervir.

Outro aspecto relevante é a valorização do aluno como sujeito ativo da aprendizagem. O estudante deixa de ser visto como mero receptor de informações e passa a ser compreendido como alguém que participa da construção do conhecimento por meio de investigação, observação, comparação, formulação de hipóteses, discussão e reflexão. O professor, por sua vez, não perde importância; ao contrário, sua função torna-se mais sofisticada. Ele precisa organizar situações didáticas desafiadoras, selecionar conteúdos significativos, propor mediações adequadas, acompanhar os percursos de aprendizagem e avaliar o desenvolvimento das competências ao longo do processo.

Apesar de suas potencialidades, a pedagogia das competências também é alvo de críticas. A principal delas diz respeito ao risco de redução da educação a uma racionalidade tecnicista e utilitarista. Quando mal compreendida, essa abordagem pode ser apropriada por discursos que subordinam a escola à lógica da produtividade, do desempenho e da adaptação funcional ao mercado de trabalho. Nessa leitura estreita, a formação humana ampla cede lugar a um treinamento de capacidades instrumentais. Essa crítica é importante e não deve ser ignorada. No entanto, ela não invalida toda a proposta. O que se exige é uma apropriação crítica da noção de competência, de modo que ela sirva à formação integral do estudante e não a uma visão empobrecida de educação.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Em uma formulação pedagogicamente consistente, a competência deve articular dimensões cognitivas, éticas, sociais e culturais. Isso significa que a escola não pode formar apenas alguém capaz de "fazer", mas alguém capaz de pensar sobre o que faz, compreender por que faz, avaliar consequências, agir com responsabilidade e posicionar-se criticamente diante da realidade. A pedagogia das competências, quando inserida nesse horizonte, torna-se compatível com uma educação democrática, reflexiva e emancipadora.

Processo de ensino-aprendizagem por competências e habilidades

No ensino orientado por competências e habilidades, o processo de ensino-aprendizagem precisa ser estruturado em torno de situações que exijam do aluno mobilização efetiva de saberes. Em vez de limitar-se à transmissão verbal do conteúdo, o trabalho pedagógico deve criar condições para que o estudante observe, compare, interprete, resolva problemas, produza textos, formule argumentos, realize projetos, analise dados, construa explicações e relacione o conhecimento escolar com situações concretas. Isso não significa abandonar aulas expositivas, leitura dirigida ou exercícios sistemáticos; significa utilizá-los como parte de um conjunto mais amplo e articulado de estratégias.

O professor assume, nesse contexto, a função de mediador da aprendizagem. Mediar não é apenas "facilitar" nem reduzir o ensino à espontaneidade do aluno. Mediar é intervir com intencionalidade, oferecendo instrumentos intelectuais, organizando o ambiente de aprendizagem, propondo desafios adequados, esclarecendo conceitos, formulando perguntas, orientando procedimentos e ajudando o estudante a avançar para níveis mais complexos de compreensão. O professor competente é aquele que consegue transformar conteúdos em experiências formativas, mantendo equilíbrio entre direção pedagógica e participação ativa do aluno.

O papel do aluno também se redefine. Espera-se que ele se envolva de forma mais consciente e protagonista no próprio processo de aprendizagem. Isso inclui pesquisar, levantar hipóteses, registrar observações, revisar erros, dialogar com colegas, argumentar, justificar respostas e refletir sobre como aprende. O protagonismo, contudo, não deve ser romantizado. O estudante não nasce autônomo no plano escolar; ele constrói a autonomia por meio de experiências orientadas, feedback qualificado e prática intelectual constante. Por isso, a autonomia é resultado de um trabalho pedagógico intencional, e não de simples retirada da autoridade docente.

Do ponto de vista metodológico, o ensino por competências favorece práticas como projetos, estudos de caso, resolução de situações-problema, sequências didáticas, oficinas, aprendizagem colaborativa e propostas interdisciplinares. Essas metodologias são valiosas porque permitem que o aluno opere com o conhecimento de forma contextualizada. Ainda assim, a escolha metodológica não deve obedecer a modismos. Uma metodologia só é adequada quando guarda coerência com os objetivos formativos, com os conteúdos selecionados, com o nível de desenvolvimento da turma e com as condições reais do contexto escolar.

A avaliação, nesse modelo, também precisa ser repensada. Avaliar por competências não é apenas atribuir nota a um produto final, mas acompanhar o percurso do estudante, identificar avanços, dificuldades, estratégias mobilizadas e necessidades de intervenção. Isso requer uma avaliação diagnóstica, processual e formativa. Instrumentos como observação, registros, portfólios, rubricas, autoavaliação, atividades práticas, produção textual e resolução comentada de problemas podem ser bastante úteis. A prova escrita não desaparece, mas deixa de ser o único ou principal instrumento de verificação. O essencial é que a avaliação seja coerente com aquilo que se pretende desenvolver. Não faria sentido propor ensino voltado para análise, criatividade e argumentação, mas avaliar apenas reprodução mecânica de conteúdos.

Planejamento e organização do trabalho pedagógico

O planejamento é um dos pontos centrais quando se trata de ensino por competências. Sem planejamento, a proposta corre o risco de converter-se em discurso vazio. Planejar significa antecipar e organizar de forma consciente a ação pedagógica, definindo o que ensinar, por que ensinar, para quem ensinar, como ensinar, com que recursos, em quanto tempo e com quais critérios de avaliação. Trata-se de uma atividade intelectual e política, não de mero preenchimento burocrático de formulários. Por meio do planejamento, o professor atribui intencionalidade à prática e busca coerência entre finalidades educativas, conteúdos, métodos e avaliação.

Na perspectiva das competências, o planejamento precisa articular quatro elementos fundamentais: competências, habilidades, conteúdos e avaliação. As competências indicam capacidades mais amplas que se pretende desenvolver. As habilidades detalham operações cognitivas, procedimentais e comunicativas envolvidas nesse desenvolvimento. Os conteúdos fornecem a base conceitual, factual e metodológica necessária. A avaliação, por fim, verifica em que medida o percurso realizado favoreceu a aprendizagem esperada e quais ajustes precisam ser feitos. Essa articulação é indispensável porque impede que cada componente do processo pedagógico caminhe isoladamente.

Um bom planejamento também deve considerar a progressão das aprendizagens. Competências não se constroem de modo instantâneo; elas exigem continuidade, retomada, aprofundamento e complexificação. Por isso, o trabalho pedagógico precisa ser organizado em sequência lógica, respeitando os conhecimentos prévios dos estudantes, suas necessidades de aprendizagem e o nível de desenvolvimento da turma. O professor não pode pressupor que os alunos dominam automaticamente pré-requisitos que nunca foram consolidados. Planejar por competências implica reconhecer que aprender é processo, e processo demanda acompanhamento.

A organização do trabalho pedagógico não se esgota na sala de aula individualmente considerada. Ela possui dimensão coletiva e institucional. O projeto político-pedagógico da escola, a proposta curricular, a articulação entre áreas do conhecimento, os tempos e espaços escolares, os critérios de avaliação e o trabalho colaborativo entre docentes interferem diretamente na viabilidade de uma educação orientada por competências. Quando cada professor atua de modo isolado, sem diálogo

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES DA EDUCAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ARTIGOS Nº 205 A Nº 214)

- **Educação, Cultura e Desporto**

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino **superior e técnico**
Estados e DF	Ensino **fundamental e médio**
Municípios	Educação **infantil e ensino fundamental**

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento):(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Professor de Geografia

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E SUA HISTÓRIA

As origens do conhecimento geográfico: da Antiguidade à modernidade

As raízes do pensamento geográfico são muito antigas. Muito antes da Geografia se firmar como ciência, já havia preocupação humana com a localização dos lugares, com a orientação no espaço, com a descrição de povos e terras e com a representação da superfície terrestre. Na Antiguidade clássica, especialmente entre os gregos, surgem contribuições fundamentais. Eratóstenes, por exemplo, é tradicionalmente lembrado por ter utilizado o termo "Geografia" e por ter calculado, com notável precisão para a época, a circunferência da Terra. Estrabão desenvolveu uma Geografia fortemente descritiva, voltada à caracterização de regiões e povos. Ptolomeu, por sua vez, teve papel decisivo na sistematização cartográfica, especialmente pelo uso de coordenadas e pela ideia de representar matematicamente a superfície terrestre.

Essas contribuições antigas mostram que a Geografia nasceu ligada tanto à curiosidade intelectual sobre o mundo quanto a necessidades práticas, como navegação, guerra, comércio e administração política. Os romanos também deram sua parcela de contribuição, sobretudo pela organização territorial e pela elaboração de roteiros e mapas voltados à expansão imperial. Já nesse período, nota-se uma tensão que acompanhará a disciplina por séculos: a Geografia pode ser descritiva, empírica e utilitária, mas também pode aspirar à explicação racional da ordem terrestre.

Durante a Idade Média europeia, o desenvolvimento científico sofreu limitações em comparação com o mundo clássico, sobretudo em razão da forte influência religiosa sobre a interpretação do mundo. Ainda assim, seria incorreto afirmar que houve completa estagnação. O saber geográfico foi preservado e ampliado em grande medida por estudiosos árabes e muçulmanos, que aperfeiçoaram conhecimentos astronômicos, cartográficos e descritivos. Além disso, as rotas comerciais e os deslocamentos entre Europa, África e Ásia mantiveram vivo o interesse pelos espaços terrestres.

Com as Grandes Navegações e a expansão marítima europeia, o conhecimento geográfico ganha novo impulso. A necessidade de conhecer mares, correntes, litorais, rotas e continentes impulsiona a cartografia e a observação sistemática da Terra. O período moderno assiste, assim, à ampliação do horizonte geográfico europeu e à incorporação de novas terras ao circuito econômico mundial. A Geografia ainda não era ciência organizada, mas se tornava cada vez mais relevante para os Estados em formação, para o colonialismo e para o comércio internacional.

No Iluminismo e na modernidade científica, a razão, a observação e a classificação passam a ocupar lugar central. Expedições científicas, inventários naturais e comparações entre áreas do planeta criam condições para a futura sistematização da Geografia. O mundo passa a ser visto como passível de medição, classificação e explicação. Essa mudança é decisiva: a Geografia deixa de ser apenas narração de viagens ou descrição de lugares e se aproxima de uma ciência interessada em regularidades, comparações e relações entre fenômenos. É esse contexto que permitirá, no século XIX, o nascimento da Geografia moderna.

A sistematização da Geografia moderna no século XIX

O século XIX representa um marco decisivo para a história do pensamento geográfico, porque é nesse momento que a Geografia se institucionaliza como disciplina científica. Dois autores alemães são especialmente centrais nesse processo: Alexander von Humboldt e Carl Ritter. Ambos contribuíram para definir métodos, objetos e preocupações da Geografia moderna, ainda que com enfoques diferentes.

Humboldt ficou conhecido por sua vasta obra de observação da natureza e pela tentativa de compreender a Terra como um sistema integrado. Suas viagens e estudos comparativos permitiram relacionar relevo, clima, vegetação, altitude e distribuição dos fenômenos naturais. Sua contribuição foi imensa porque ele rompeu com descrições isoladas e buscou conexões entre elementos do mundo físico. Em vez de simplesmente enumerar fatos, Humboldt procurou identificar relações e regularidades. Por isso, é frequentemente associado a uma visão integradora e dinâmica da natureza. Sua influência foi enorme no desenvolvimento da climatologia, da biogeografia e da ideia de que a Geografia deve comparar paisagens e fenômenos em diferentes áreas do planeta.

Carl Ritter, por sua vez, teve papel fundamental ao enfatizar o estudo das individualidades regionais e a relação entre o meio e os grupos humanos. Seu pensamento dava grande importância à comparação entre regiões e ao modo como as condições naturais se articulavam à história dos povos. Embora sua obra apresente traços teleológicos e por vezes finalistas, sua contribuição para a sistematização da Geografia foi decisiva, sobretudo por defender a disciplina como campo autônomo de conhecimento e por organizar o estudo da Terra em bases mais metódicas.

A partir dessas contribuições, a Geografia passa a se consolidar nas universidades, especialmente na Alemanha, e depois em outros países europeus. Esse processo de institucionalização não pode ser separado do contexto histórico do século XIX. O avanço do capitalismo, a formação dos Estados nacionais, a expansão colonial europeia e a necessidade de conhecer, administrar e representar territórios contribuíram diretamente para fortalecer a disciplina. A Geografia servia tanto a propósitos científicos

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

quanto políticos e estratégicos. Conhecer o território significava também dominá-lo, organizá-lo e inseri-lo nos projetos estatais e imperiais.

Nesse contexto, a Geografia moderna nasce marcada por uma dupla vocação. De um lado, pretende ser uma ciência rigorosa, baseada na observação, na comparação e na sistematização. De outro, atende a interesses concretos de poder, planejamento e expansão territorial. Essa ambivalência acompanhará toda a sua evolução. É justamente do interior dessa Geografia institucionalizada que emergirão, mais tarde, correntes distintas e até mesmo rivais, como o determinismo, o possibilismo e o regionalismo clássico.

A geografia tradicional: determinismo, possibilismo e regionalismo

A chamada geografia tradicional corresponde ao conjunto de abordagens que predominou entre o final do século XIX e boa parte da primeira metade do século XX. Trata-se de uma fase importante porque nela a disciplina consolidou conceitos, ampliou seu ensino e definiu procedimentos de pesquisa. Ao mesmo tempo, é uma fase marcada por limites teóricos que mais tarde seriam criticados por correntes renovadoras.

Uma das correntes mais conhecidas desse período é o determinismo geográfico, associado sobretudo a Friedrich Ratzel. De maneira geral, o determinismo sustentava que o meio natural exerce forte influência, ou mesmo condicionamento, sobre as sociedades humanas. Clima, relevo, solo, hidrografia e posição geográfica seriam fatores decisivos para explicar comportamentos, formas de organização social e níveis de desenvolvimento. Em formulações mais rígidas, a natureza aparecia quase como força dominante sobre a história humana. Essa perspectiva deve ser entendida no contexto do positivismo, do evolucionismo e do imperialismo do século XIX, quando se buscavam explicações gerais e muitas vezes hierarquizantes para as diferenças entre povos e territórios.

Ratzel também é importante por suas reflexões sobre território e Estado, especialmente pela ideia de “espaço vital”, posteriormente apropriada de modo ideologicamente perigoso por projetos expansionistas. Embora o pensamento de Ratzel seja mais complexo do que uma caricatura determinista, ele se tornou símbolo dessa corrente em manuais e provas. Para fins de estudo, o essencial é perceber que o determinismo tende a atribuir peso excessivo aos fatores naturais na explicação da vida social.

Como reação a essa leitura, desenvolve-se o possibilismo, cuja principal referência é Paul Vidal de La Blache. Para essa corrente, a natureza não impõe um destino único às sociedades; ela oferece possibilidades, e os grupos humanos, de acordo com sua cultura, técnica e organização histórica, realizam escolhas entre essas possibilidades. A ação humana ganha, assim, maior protagonismo. O meio continua importante, mas deixa de ser visto como causa absoluta dos fenômenos sociais. O possibilismo representa, portanto, uma correção importante em relação ao exagero naturalista do determinismo.

Vidal de La Blache também valorizou conceitos como gênero de vida e região. O gênero de vida dizia respeito ao conjunto de práticas desenvolvidas por um grupo em determinado meio, revelando uma interação histórica entre sociedade e natureza. Já a região tornou-se categoria central da geografia clássica, entendida como área relativamente individualizada por certa combinação de elementos naturais e humanos. O estudo regional, muitas vezes feito por meio de monografias detalhadas, tornou-se uma marca da Geografia tradicional.

O regionalismo teve grande importância didática e científica, pois permitiu conhecer com profundidade áreas específicas e consolidou o hábito de integrar elementos físicos e humanos na análise geográfica. No entanto, também passou a ser criticado por seu caráter excessivamente descritivo e pela dificuldade de explicar processos mais amplos, como industrialização, urbanização, circulação do capital e desigualdades estruturais. Em muitos casos, a região era tratada como algo quase estático, quando na verdade os espaços estão em permanente transformação.

A geografia tradicional, portanto, teve o mérito de organizar a disciplina, consolidar categorias importantes e produzir vasto conhecimento empírico. Contudo, seus limites apareceram com clareza na medida em que o mundo se tornou mais urbano, industrial e interdependente. A partir de meados do século XX, surgem correntes que buscam renovar teoricamente a Geografia, criticando tanto o descritivismo regional quanto a insuficiência das explicações clássicas.

A renovação da Geografia no século XX: da quantificação à crítica social

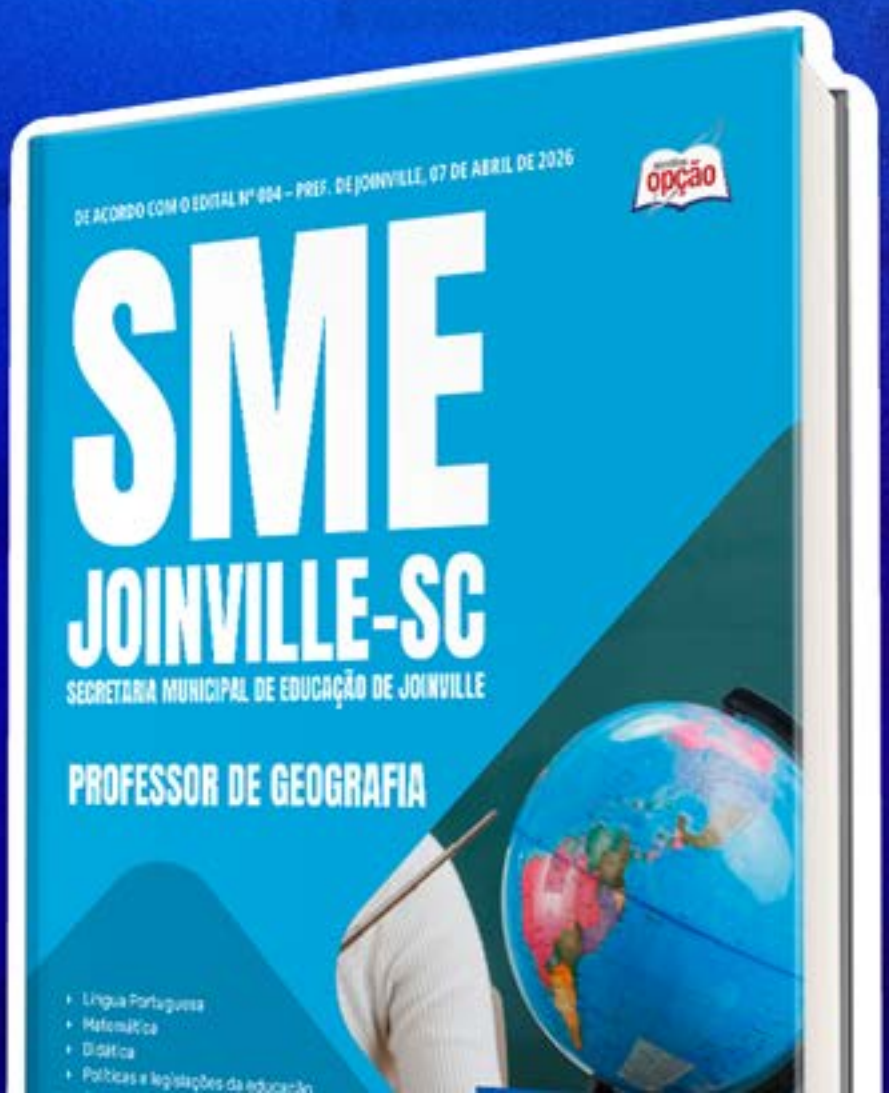
No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a Geografia passa por intensas transformações. Novos problemas, novos métodos e novas influências filosóficas levam ao questionamento da geografia tradicional. Uma das primeiras grandes mudanças foi a chamada revolução quantitativa, influenciada pelo neopositivismo e pela busca de maior rigor científico. Nessa perspectiva, a Geografia deveria abandonar descrições impressionistas e aproximar-se das ciências exatas, utilizando modelos, estatística, linguagem matemática e hipóteses verificáveis.

A geografia quantitativa valorizava temas como localização, distribuição espacial, redes urbanas, fluxos e organização funcional do espaço. Seu mérito foi introduzir maior formalização metodológica e ampliar o uso de técnicas analíticas. Entretanto, ela também recebeu críticas importantes por tratar o espaço de forma excessivamente abstrata, como se fosse um simples suporte geométrico, e por ignorar conflitos sociais, relações de poder e desigualdades históricas. O espaço aparecia muitas vezes como algo neutro, quando na realidade ele é atravessado por interesses econômicos e políticos.

Em reação a essa neutralidade aparente, desenvolve-se, a partir das décadas de 1960 e 1970, a geografia crítica, fortemente influenciada pelo marxismo. Essa corrente passa a compreender o espaço como produto social, isto é, como resultado das relações de produção, da ação do Estado, da dinâmica do capital e das lutas sociais. O interesse deixa de ser apenas onde os fenômenos se localizam e passa a incluir por que o espaço se organiza de determinada maneira e a quem essa organização beneficia. A desigualdade socioespacial, a segregação urbana, a concentração fundiária, a expansão capitalista e a produção do território tornam-se temas centrais.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!